

10110
Jun. 1940

REVISTA DOS CENTENÁRIOS



N.º 17 — 31 de Maio de 1940 — ANO II



COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENÁRIOS
SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO — REDACÇÃO: SECRETARIADO DA
PROPAGANDA NACIONAL — RUA S. PEDRO DE ALCANTARA, 75 - LISBOA

S U M Á R I O

<i>ALBERTO D'OLIVEIRA — Dr. Agostinho de Campos . . .</i>	<i>1</i>
<i>PORTUGAL É UMA NAÇÃO — Dr. A. Marques Guedes. . .</i>	<i>5</i>
<i>CASTELO DE BRAGANÇA — Dr. Carlos de Passos . . .</i>	<i>12</i>
<i>ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV — Dr. Eduardo Brazão.</i>	<i>15</i>
<i>CASTELOS DE PORTUGAL — Arnoia e Sabugal — Cap. Jorge Larcher</i>	<i>19</i>
<i>LEGISLAÇÃO.</i>	<i>24</i>
<i>REVISTA DA IMPRENSA</i>	<i>25</i>
<i>NOTAS VÁRIAS.</i>	<i>28</i>

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

(P A G A M E N T O A D I A N T A D O)

	1 ano	2 anos
Continente e Ilhas adjacentes	25\$00	50\$00
Portugal de Ultramar	30\$00	60\$00
Estrangeiro	35\$00	70\$00

Número avulso: 2\$50

A OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

encarrega-se de encadernar a

REVISTA DOS CENTENÁRIOS

I ANO

Capas em carneira, com ferros especiais:

A fogo	25\$00
A ouro	30\$00
(Empaste)	5\$00

OFICINA GRÁFICA, LIMITADA

Rua da Oliveira, ao Carmo, 8/Lisboa

TELEFONE 2 2886

ALBERTO D'OLIVEIRA

Pedem-me um artigo para acompanhar o retrato de Alberto d'Oliveira, que foi presidente da primitiva Comissão Nacional dos Centenários. Farei o que puder, mas poderei muito pouco, porque estou doente há três semanas e a dor da perda de um amigo que o foi durante mais de meio século não me torna nem mais são, nem mais eloquente.

Quando em Janeiro de 1939 veio a lume o primeiro fascículo desta Revista, a sua Redacção transcreveu a carta que Alberto d'Oliveira me enviou de Bruxelas em princípios de 1929 com o pseudónimo de «Um Português ausente de Portugal» e que eu inseri em artigo de fundo do Diário de Notícias de 20 de Fevereiro daquele último ano, sob o título de 1140-1640-1940. Aí lançou Alberto d'Oliveira muito concretamente a idea da grande comemoração nacional a que elle não assistirá, porque Deus quis que, nesse ponto pelo menos, o final da sua carta saísse certo:

«Quem isto escreve já de-certo não estará neste mundo para a comemoração, que ambiciona feliz, do oitavo centenário de Portugal; mas desde já oferecerá tudo o que lhe resta de capacidade e de préstimo, para contribuir, até o último sôpro de vida, no sentido de que essa data marque data na nossa História e seja abençoada algum dia pelos nossos filhos e netos.»

Até o derradeiro sôpro de vida, e desde os verdes anos de uma precoce mocidade cheia de talento, trouxe Alberto d'Oliveira a sua Pátria no coração e no cérebro.

Vontade e tenacidade, imaginação e prudência, fé e esperança poéticas, sentimento e cálculo das realidades, talento fácil e comunicativo de escritor, sinceridade efusiva de homem convicto e bem intencionado — todos estes elementos, alguns de aparência contraditória, convergiam, naquele Poeta da Acção, para a estrutura solidíssima do querer e do poder. E durante quasi meio século de vida pública exerceu Alberto d'Oliveira o seu dever de diplomata, não só como elle se pode bem cumprir agora nos tempos modernos, com o telégrafo e o telefone prontos para tirar ao mesmo tempo ao agente as dúvidas, as responsabilidades e a personalidade, mas também quanto possível à maneira d'esses embaixadores do Renascimento, que de dentro de si próprios tinham de tirar, distantes e isolados, a figura autêntica e a vontade fiel das suas pátrias. Durante quasi meio século Alberto d'Oliveira representou Portugal lá fora o melhor que pôde quem podia tanto: — ao mesmo tempo com perfeição de artista e com fervor sacerdotal.

A propósito da carreira paralela, literária e diplomática, dêste exemplaríssimo Português, tem-se falado em «dispersão», o que poderia estar certo se se tomasse a personalidade de Alberto d'Oliveira como predominantemente literária ou literata. Desde cedo, porém, êle nos acostumou a vê-lo pôr a sua arte ao serviço da sua grei. As próprias Palavras Loucas, deixados de parte apenas os trechos de puro lirismo amoroso, mostram que, desde os 19 e os 20 anos, o Poeta e o Crítico tinham na massa do sangue a ânsia de revelar a sua Pátria a si própria e às outras; a preocupação da pedagogia cívica; o afã de apostolado patriótico; o empenho de educar moral e até religiosamente, melhorando ou corrigindo os Portugueses, reaportuguesando-os pela prédica no sentido da melhor e mais gloriosa tradição nacional.

Assim, logo desde o prólogo em verso daquele livro, o moço mal saído da Universidade aspira a doutrinar os seus compatriotas, mais que a extasiá-los. A sua campanha parece antes ética do que estética:

Numa ermidinha de branca aldeia,
Aí quem me dera, Senhor, prègar!...

E não só a arte, mas a própria religião, aparecem inseparáveis do civismo e do patriotismo: «Ao berço de Nun'alvares, novos Nun'alvares... Que fulgurante visão para Portugueses que veem dos Lusíadas: levantar Portugal pela religião e, por mares inéditos, demandar antes de mais ninguém a baía hospitaleira e calma dos tempos novos!»

Pouco adiante (pág. 8) conta o pesadêlo que teve e do qual acordou gritando aflito: Perdeu-se a Índia! Perdeu-se a Índia! E isto não era literatura, mas pura verdade, vivida ou sonhada realmente, como bem me lembro de lho ouvir dizer na ocasião.

A política não deve inspirar-se em abstracções, porque «as teorias mais lógicas conduzem aos resultados mais absurdos» (pág. 13). Ao govêrno devem presidir a moral e a religião, porque «o homem não nasceu senão para criar outros homens melhores do que êle» (pág. 15). Mais tarde, pela vida adiante, o homem feito que assim prègara aos 19 anos acompanha com simpatia bem coerente, não os movimentos políticos de pura ideologia, mas os que se baseiam concretamente no valor pessoal, no carácter, na honestidade administrativa, no equilibrio de moral e finança, no espirito ao mesmo tempo, de realidade e tradição: João Franco, Sidónio Pais, Salazar...

Nos Pombos Correios, e noutros livros e artigos, o exemplo da calma, sensata, equilibrada Suíça é apresentado insistentemente aos Portugueses como traslado a seguir, do mes-



*EMBAIXADOR DR. ALBERTO D'OLIVEIRA, PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL
DOS CENTENARIOS*

(†) EM 23 DE ABRIL DE 1940

mo modo que vinte ou trinta anos antes, nas Palavras Loucas, Alberto d'Oliveira descobre e descreve o Bairro de Vilar, do Pôrto, como excelente modelo de estética urbana e doméstica. Sempre o zêlo da prègação cívica, desde os vinte anos até à morte.

Literatura, poesia, arte, são para Alberto d'Oliveira, desde as Palavras Loucas, simples aspectos, embora dos mais altos, que podem assumir a Nação e a Grei. Exalta, no capítulo Do neo-garrettismo no Teatro, a pujança, vigor e carácter das nossas letras do século XIX. Reclama que os prosadores e os poetas nacionalizem a inspiração, escolhendo assuntos nacionais. O cosmopolitismo, o francesismo, afligem-no aos 20 e 21 anos — cuidado raro em tais idades. Podemos estar certos de que o que desde logo mais o encantou na maneira nova do Só foi aquele tom nacionalíssimo, aquele fazer poesia com a língua portuguesa de tóda a gente e de todos os dias, sublimando o popular e o etnográfico sem cair na paródia ou na affectação pedantesca.

Esta ânsia de portuguesismo teve os seus justos prêmios. A pág. 217 das Palavras Loucas, no capítulo A respeito de Portugal, Alberto d'Oliveira exclama, cheio de horror e de orgulho:

«Oponho o meu desprêzo, quási a minha raiva, a tóda a arte que não fôr universal ou NOSSA. E por mais que os competentes me digam que (...) nunca tivemos escola de pintura, nem de architectura, nem de literatura, a minha obstinação limita-se a preguntar: Porque motivo? E ¿quais as fontes maravilhosas de inspiração que os outros povos têm, e a nós nos faltam?»

Ainda depois de escritas estas palavras cheias de razão, e por um rapaz de vinte anos, se publicaram em Portugal histórias da nossa literatura em que ela aparece como actividade de simples copistas do estrangeiro; mas, em compensação, alguma daquelas perguntas teve a melhor e a mais fecunda resposta, dada pela nossa própria geração, pois a ela pertencia também José de Figueiredo, graças ao qual ficou provado que a escola portuguesa de pintura, negada por tantos antes dêle — existiu e merece brilhar entre as grandes da Europa.

Da honra e glória da Pátria era feita em grande parte a felicidade de Alberto d'Oliveira. A sua vida pode dar-se como lição de patriotismo — a não ser que se diga ser lição difícil de aprender, porque para aproveitá-la seria necessário possuir os dotes raros de inteligência, talento, entusiasmo, ideal, vontade e tenacidade, concedidos por Deus em grau altíssimo àquele grande Português.

Lisboa, 13 de Maio de 1940.

PORTUGAL É UMA NAÇÃO

VI

Estava melhor, dissemos, a melhor defesa contra o perigo da absorpção castelhana e o impulso irresistível do nosso destino histórico.

Foi por isso e para isso que desembarcámos no Norte de África e começámos, com a conquista de Ceuta, a tentativa de um império falhado no Algarve de Além.

Depois, o Infante preparou os primeiros barcos e barineis, que acharam ou reconheceram as ilhas atlânticas e iniciaram, etapa a etapa, o périplo da África negra.

As empresas marítimas começavam a absorver a nossa forte vocação colonizadora e missionária.

Mas, nem por termos os olhos postos no Mar nos descuidávamos do que se passava na Península, antes os volvíamos constantemente para a fronteira, cuidadosos numa vigilância de todos os momentos.

As Córtes reuniam freqüentemente. Chegara a deliberar-se que anualmente fôssem convocadas, mormente enquanto a menoridade de Afonso V requeresse os maiores cuidados da Regência.

D. Duarte deixara-a à sua Viuva. Mas, a Nação olhava-a de má sombra, por ela ser estrangeira. Chegou a dizer-se — verdade ou especulação política? — que a Regente, para se impôr à vontade dos Portugueses, contava com o auxílio do Aragão, sua pátria de origem. Isso mais acirrou o partido nacionalista, que desejava a regência do Infante D. Pedro.

Quando a Rainha se retira de Sacavem para Alemquer, o povo de Lisboa alvoroça-se e nomeia seu Alferes a Alvaro Vaz de Almada, aquele esforçado cavaleiro que o Rei de França fizera Conde de Avranches e o da Inglaterra cavaleiro da Jarreteira.

A Rainha enviou daquela vila uma carta à Cidade, que pouco se comoveu com a mensagem.

O Bispo de Lisboa, partidário da Rainha, proferiu palavras de censura aos cidadãos da Capital e mandou armar a sua gente. Logo o povo se alçou, o Bispo foi acusado públicamente de blasfemo. A Cidade e o seu próprio clero, fazendo causa comum, suspenderam-lhe as temporalidades e acusaram-no perante Roma.

O prelado teve de fugir da diocese e do reino, porque em parte alguma dêste achava acolhimento.

No entretanto, o povo, em Lisboa, tendo convocado o Infante D. João, repetia as cenas do Primeiro Interregno. Nem faltavam um Condestável na pessoa de Alvaro Vaz, nem um João das Regras na do Dr. Afonso de Mangancha, feito orador público. E na reunião

foi proclamada a regência de D. Pedro. Na sua falta, seguiriam o Infante D. Henrique, o Conde de Barcelos, e os condes de Ourem e de Arraiolos, filhos dêste.

Tôdas as demais cidades e vilas perfilharam tais resoluções.

Na alta nobreza ergueram-se algumas vozes discordantes. O Infante D. Henrique entendia que era irregular usurpar Lisboa que cabia às Côrtes, e o Conde de Barcelos, por ambições e despeito, formulava idêntica reserva.

A Raíña, essa protestava com vigor.

O Governador do castelo de Lisboa, Afonso de Cascais, tomou atitude hostil ao povo. Mas, êste bloqueou-o. Foram baldadas tôdas as tentativas de intriga ou de corrupção. Afonso de Cascais estava cercado e à míngua. Com grande dificuldade conseguiu fugir para junto da Raíña, em Alemquer, com quem fortifica a vila, pondo-a em defesa, à espera (dizia-se) da chegada dos auxílios dos Aragoneses.

Mas, alguma razão tinham as suspeitas do Povo contra os estrangeiros...

Quando se decide que o futuro Rei fique em Lisboa, entregue ao Regente, a Raíña afasta-se para Sintra com os filhos e de lá para Almeirim, queixando-se aos seus irmãos aragoneses do que se passava e pedindo-lhes auxílio. O espectro da guerra perfila-se no horizonte...

Com a Raíña começava agora o Conde de Barcelos a tramar, no seu impenitente despeito de bastardo; conseguiram ambos realizar um pacto com o Rei de Navarra e os Infantes de Aragão. Em Outubro de 1440 chegava a Lisboa uma embaixada castelhana, que, além de queixas contra vários actos de côrso, vinha reclamar a reintegração da Raíña na regência do reino, ou que esta fôsse autorizada a retirar-se para Castela. Mas um dos embaixadores, o Bispo de Cória, confessou que aquela reclamação partira duma sugestão da própria Raíña. A-pesar disso, os embaixadores insistiam por que fôsem dadas respostas definitivas e cabais às suas reclamações, acrescentando terem instruções do seu Rei para que não se retirassem sem isso de Portugal. E dois dias depois, apresentavam uma instrução nesse sentido. Este documento fôra forjado em Almeirim, num papel com o sêlo régio em branco. Quando disso se convenceu, D. Pedro notificou os embaixadores de que, obtida já a resposta, saíssem da côrte e do reino de seu rei e senhor.

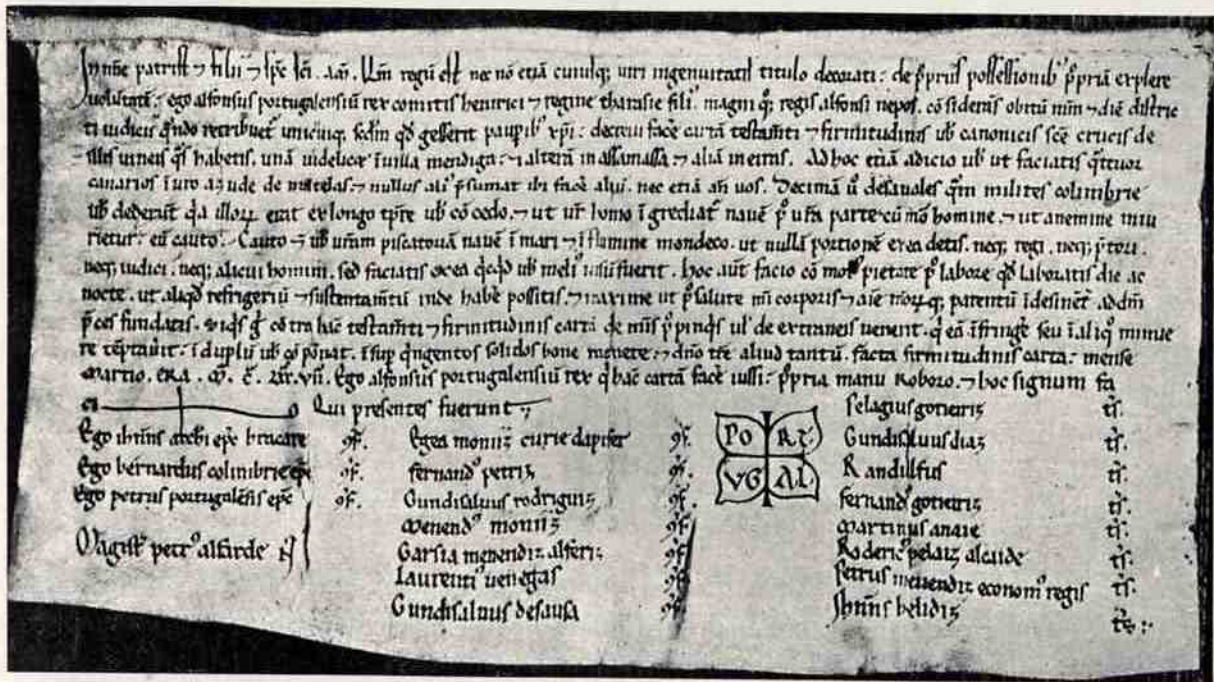
A Raíña, instigada pelo Bastardo, foi para o Crato e de lá enviou cartas para todo o reino, nas quais procurava justificar-se, acusava o Infante, reclamava para si a Regência e terminava com mal veladas ameaças de guerra por parte de Castela e Aragão.

Foi uma indignação geral! Os portadores das cartas foram maltratados em várias partes do reino. D. Pedro procurou assaltar o Crato. A Raíña chega a peitar cavaleiros castelhanos para invadirem Portugal; mas, quando D. Pedro se põe em marcha, foge para Castela.

Várias tentativas se fizeram posteriormente para a reconciliação e para o regresso da Raíña. Mas nas Cortes de Evora de 1442 foi deliberado unanimemente pelos Três Esta-

dos que a Rainha perdera o direito a tudo o que possuísse no reino e que lhe fôsse recusada a entrada neste, em parte por causa dos cavaleiros estranhos que, como inimigos do país, solicitara de Castela, em parte por causa da má vontade e do ódio, que manifestara contra os nobres da Nação, nos quais contava vingar-se com o auxílio do filho.

Castela e o Aragão, com embaixadas solenes, colocam-se ao lado das pretensões da Rainha e logo o reino se apresta para a defesa.



DOAÇÃO FEITA POR D. AFONSO HENRIQUES, QUE NELA SE INTITULA REI, AO CONV. DE STA. CRUZ, DE VINHAS EM VILA MENDIGA, ASSAMASSA E EIRES, ERA DE 1177. MES DE MARÇO

(T. T. col. esp.)

Interrompe-se o comércio com Castela e a questão é submetida à decisão das Côrtes. Estas registam as reclamações das embaixadas com indignação, respondendo-se aos embaixadores, sob fórmulas diplomáticas, que se era a guerra, pois que fôsse a guerra!...

O drama, que tendia a enevoar-se de sangue, teve um desenlace imprevisto com a morte súbita da Rainha em Toledo (19 de Fevereiro de 1445).

Os Monarcas seguintes, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel, acariciaram a ideia da junção das duas Corôas por casamentos dinásticos. Mas, essas tentativas políticas são mais ambições régias do que reivindicações nacionais. A Nação sentia bem que, para a perda da sua individualidade, montava tanto que a união se fizesse sob a aparente hegemonia portuguesa como sob a supremacia de Castela. Desta eram a maior extensão e o maior número e numa e no outro viria, cedo ou tarde, a fundir-se a minoria portuguesa. Por isso, Castela se não opunha à junção das Corôas mesmo sob o cetro dum Português. Se Fernando e Isabel resistiram às pretensões de D. Afonso V, não o fizeram por sentimentos nacionalistas, mas meramente pessoais, pois que o triunfo de tais pretensões lhes tiraria a êles a corôa da cabeça.

Mas, já quando D. Manuel é aclamado Rei de Portugal não duvidam em dar-lhe as filhas — Izabel e depois Maria. E, feito o casamento, logo se prontificam a jurar D. Manuel como herdeiro dos seus tronos em Toledo. O Aragão é que reage, negando-se a aclamar o Português sob a alegação da lei sálica. A sua oposição cessa, porém, quando do enlace dêste com a princesa de Castela nasce o infante D. Miguel, que os Aragoneses se prestam a jurar como herdeiro legítimo da sua Corôa.

Pois bem! Portugal é que se não deslumbra com êste sonho de grandeza peninsular.

As Côrtes de Lisboa pedem ao Rei que «se Deus houvesse por seu serviço que os reynos de Castela e Portugal, por este juramento ficassem juntos, que ele lhes promettesse, em nome do principe seu filho, que nunca o regimento da justiça e fazenda dos reynos e senhorios de Portugal, em qualquer tempo, e por qualquer caso que ao diante pudesse succeder, fosse dado nem concedido senão a Portugueses e o mesmo das capitánias dos logares de Africa e Alcaldes-mores das vilas e castelos».

E assim foi solenemente prometido aos povos...

VII

As emprêsas dos Descobrimentos e da formação do nosso Primeiro Império engrandeceram-nos, mas perderam-nos afinal.

Desvairou-nos o messianismo mercantilista. Entonteceram-nos os «fumos da Índia».

As terras foram deixadas a monte. O Garcia de Rezende fala dos 5.000 moradores da Côrte, vivendo parasitariamente do erário régio. O Gil Vicente, repetindo a miudo o quadro dos lares com o chefe da família ausente na Mina ou na Índia, traça, num dos seus autos,

o quadro do êxodo rural dos que, deixando há pouco as terras, «ainda cheirando aos nabos», vinham para Lisboa pedir lugares nas náus. Os nobres requeriam com despejo ao Rei comandos na Africa e no Oriente «para concertarem suas fazendas».

A Terra menos do que nunca produzia o pão para a sua gente. Tinha de importar-se tudo. O País despovoava-se. Perderam-se muitas vidas nas guerras e nos naufrágios. A população retrogradou de cêrca de 50 por cento. Um arrolamento de 1527 apenas acusou 1.326.000 habitantes dos 2.000.000, números redondos, que chegamos a atingir.

Beja, Elvas, Extremoz, Vila Viçosa tinham diminuído. Setúbal, Alcácer, Palmela, Sezimbra perderam cêrca de um têrço da sua população.

Sá de Miranda, cheio sempre de nobres preocupações patrióticas, dizia numa composição poética a «António Pereira, senhor de Basto, quando se partia para a Côrte co a casa toda»

...«*Não me temo de Castela
onde inda a guerra não sôa;
mas temo-me de Lisboa,
que, ao cheiro desta canela,
o reino vos despovôa*»...

Já fôramos forçados a abandonar os «logares de Africa»...

Na série de grandes problemas nacionais, que impeliam a Nação para o pendor duma decadência sem remédio, veio enxertar-se um grave problema dinástico.

Dos 9 filhos de D. João III tinham morrido quási todos na primeira ou na segunda infância. O único sobrevivente, D. João, é casado à pressa, aos 15 anos, com a Infanta D. Joana de Castela, que contava apenas 16. Vitimou-o, poucos meses depois, a diabetes dos adolescentes.

O futuro do reino ficava prêso dum fio — a vida dum infante nascituro. D. Sebastião apenas contava 3 anos quando D. João III faleceu.

A crise dinástica não se resolveu, antes se protraiu durante tôda a regência de Catarina de Austria, instrumento político de Carlos V e Filipe II, e na regência e no reinado do velho Cardeal D. Henrique, sem idade, nem saúde, nem talento capazes de afrontarem as dificuldades temerosas daquela hora decisiva. O Povo, êsse, viveu-a intensamente, presentindo com intuição divinatória a grandeza do drama, que se preparava.

Reüniram-se as Côrtes em Lisboa (1579) e aí, logo os representantes do «braço do povo» quizeram avocar a si o direito de eleger o sucessor à Corôa ou rogar (como fizeram) ao Cardeal que nomeasse sucessor português. Evocava-se, naturalmente, o exemplo do Primeiro Interregno. Nem faltava um eleito da arraia-miúda, na pessoa de outro bastardo, neto do rei D. Luís com Violante Gomes «a Pelicana». O povo amava-o como ao símbolo da *realiza natural*. Queria-lhe até nos seus desatinos, caldeado de sangue plebeu, dado aos amores, fragoeiro, generoso, gastador, crivado de dívidas, que o Cardeal, seu tio, pagou por duas vezes. E por isso, o seguiu com entusiasmo quando êle alçou o pendão do partido da independência. Para o poder erguer com maior vigor, ainda o Prior do Crato tentou fazer reconhecer a sua legitimidade, alegando que o Infante, seu pai, casara com a Pelicana. Mas, D. Henrique opoz-se a essa pretensão com rancorosa obstinação. Em 11 de Novembro de 1579 chegou a mandar citar D. António e a enviar-lhe o Meirinho-mor para o prender. Prevenido disso, saiu êle para Coimbra e depois para Entre-Minho e Douro, sendo recebido por tôda a parte com affecto e por tôda a parte agasalhado e escondido.

Em 23 de Novembro, o tio exautorou-o de «tôdas as jurisdições, honras, prerogativas, rendas, assentamentos, tenças, privilégios e quaisquer outras mercês,» e até o desnaturou, destituindo-o da nacionalidade portuguesa e expulsando-o do Reino. O condenado saiu para Espanha, mas volvido pouco regressou e por cá se demorou; todos o agasalharam e o encobriram com devoção.

Depois da morte do Cardeal-Rei, o Prior do Crato foi aclamado em Santarem defensor e, depois, rei de Portugal. De lá veio para Lisboa, onde a população, mau grado a peste que grassava de novo, o recebeu com entusiasmo. Logo a seguir à capital, por êle tomavam voz Coimbra, Setúbal, Bragança e Vila Real...

No entretanto, o exército castelhano do Duque de Alba atravessara a fronteira e dirigia-se a Setúbal, para fazer a sua junção com a esquadra do Marquez de Santa Cruz. Dali, o invasor foi desembarcar na Praia do Guincho, para seguir a costa até investir Lisboa.

Dentro desta, tudo se aprestara para a defesa. Os meios financeiros foram buscar-se aos empréstimos forçados sôbre o comércio de grosso trato, aos impostos onerosos, à apreensão das pratas das igrejas e confisco dos dinheiros dos conventos, à brita da moeda.

A tropa colectiva de populares armados á pressa, frades patriotas e muitos escravos

fôrros, que o Prior recrutara e acaudilhava, postou-se em boas posições junto à Ponte de Alcântara, disposta a barrar a passagem ao invasor. Mas, a esquadra inimiga forçou a barra de Lisboa e a batalha correu adversa aos patriotas.

D. António, ferido no pescoço e no rosto, retira-se do campo, atravessa a capital com o Conde de Vimioso e outros cavaleiros fiéis, em direcção a Santarem, donde passa para Coimbra. Muitos estudantes alistam-se na sua hoste, que marcha sobre Aveiro onde entra victoriosa. Êste feito enche de esperanças os portugueses. A população do Pôrto, onde fôra aclamado Filipe II, quando recebeu a notícia, expulsou os partidários de Castela e abriu os portos da cidade a D. António. Braga segue-lhe o exemplo. Na própria Lisboa, já ocupada pelos invasores, bandos numerosos de populares correm as ruas, aclamando «el-rei D. António».

Filipe II, por êsse tempo, põe a prêmio a cabeça do Prior do Crato, prometendo generosas mercês a quem lho apresentasse vivo ou morto e ameaçando de severas represálias quem o auxiliasse ou o escondesse. Desde então, o pretendente andou a monte. O rei de Castela sobe o preço para 80.000 ducados para quem o prendesse ou o matasse. Mas, ninguém o denunciou. Por longos meses, todos o acolhem. Só em Maio de 1581 embarca para França.

Com o exílio do *rei natural*, a causa da independência nacional teve o seu *ultimum moricus* nos Açores. Para ali afluíram os seus últimos defensores com a esquadra e as fôrças, que D. António conseguiu equipar na Inglaterra e na França.

A resistência heróica encarna-se na gentilíssima figura de Ciprião Figueiredo de Vasconcelos, corregedor dos Açores. A nobreza da sua patriótica atitude foi tão cheia de beleza moral e infundiu tal respeito, em meio da geral defecção das classes dirigentes, que o próprio Filipe II lhe escreveu directamente, lembrando-lhe os grandes danos que padeceria a ilha se êle persistisse na resistência, e prometendo-lhe mercês se o servisse.

Responde Ciprião que «eu não sirvo a D. António por interêsse, mas com pureza da minha obrigação, de que resulta não me convencerem mercês prometidas, que foi o laço em que caíu Portugal; porque, fôra do que devo nenhuma coisa me fará mover a trôco de vender a honra e lealdade que não têm preço, nem há nenhum que eu tanto estime; lição que a muitos fidalgos esqueceu».

A. MARQUES GUEDES



CASTELO DE BRAGANÇA

Pode considerar-se como um dos melhores, mais perfeitos, monumentos portugueses da arte bélica medieval, no qual a tórre de menagem altaneira e galhardamente sobressai. É ela, por certo, a mais elegante e bela do país.

Levanta-se a cavaleiro do rio Fervença, numa colina de 695 metros de altitude, e senhoreia fartas léguas de terreno, ao derredor. A tórre de menagem e duas cintas de grossas muralhas, construídas com schisto e argamassa muito dura, formam os seus elementos característicos. Tórres e torreões, ora pentagonais ora quadrangulares e semi-circulares — cuja altura foi diminuída por causa dos trons e bombardas —, flanqueiam e reforçam as quadrelas. Tanto nestas como naquelas multiplicam-se as troneiras e seteiras, que, devido a uma hábil disposição, permitiam o flanqueamento baixo e alto assim como o fogo distribuído em andares. Não tem vestígios de fôssos ou cava nem dêle subsiste a menor lembrança; logo, pôde crêr-se que não o talharam. Certo é, porém, que na fábrica do castelo provavelmente se atenderam e realizaram os preceitos da boa poliorcética. Dentro dos muros ainda é muito vivo o cunho do burgo medieval.

A cintura externa, de fôrma poligonal, irregular, efectua um percurso de 660 metros; ante a sua porta ocidental ou da Vila ergue-se a barbacã, rasgada por um arco ogivado, a fim de a proteger. Outrora, no século XVI, ainda mais a fortificou uma falsa-braga (ante-muro), como é visível nos respectivos desenhos de Duarte d'Armas; vagos restos dela existem no lado setentrional. A uns 15 metros adiante, para oeste, abre-se a porta de Santo António, rasgada por um arco pleno, entre dois torreões. Da do Sol e, também, da da Traição nem os lugares actualmente se reconhecem, tam radical foi o extermínio dessas portas.

Próximo da de Santo António, ergue-se a tórre quadrangular do Relógio ou da Câmara ⁽¹⁾ empinada sôbre o rio; reforçaram-na em 1690 com três contrafortes circulares, no meio de cada face exterior. A tórre do Pôço del-rei domina também o rio, na qual abriam uma cisterna. Apruma-se do norte, como sentinela firme, a tórre da Princesa, estreita, quadrangular e muito alta; efluvios dalgumas lendas dramáticas pairam à sua volta. Nela esteve encerrada Leonor de Medina-Sidónia, a quem, mais tarde (1512), em Vila Viçosa apunhalou barbaramente seu marido ⁽²⁾, por loucos ciumes. Como êle, no final do século XVI, Martim Afonso de Melo ⁽³⁾ assassinara a mulher, filha de João Afonso Pimen-

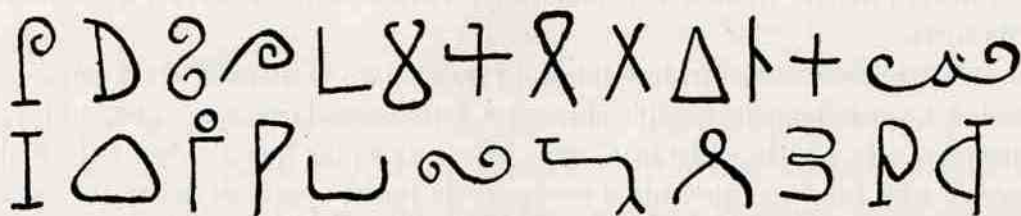
(1) Por efeito de nela, em 1861, haverem colocados sinos e um relógio.

(2) D. Jaime, duque de Bragança.

(3) Alcaide-mór de Évora.

tel ⁽¹⁾ e dona de tanta beleza que enfeitiçava todos os que a viam. Em 1890, devido à insensatez oficial, de latrina militar indignamente serviu a tórre.

A 2.ª cintura, com a fôrma de quadrilátero irregular, é fortalecida com cubos e tambores semi-circulares, abobadados com tijolo. Sôbre algumas destas abóbadas assentaram eirados de granito. Ao nível do solo, quer nos tambores quer nos muros, há nichos abertos em seteiras, que serviam para o flanqueamento interior.



SIGLAS DA TORRE DE MENAGEM

A tórre de menagem, robusta, imponente e bela, de planta quadrada, tem 33 metros de altura e 17 de largo em cada flanco. Embora edificada com schisto, o granito segura-lhe os cunhais e os parapeitos assim como a parte inferior ou base das paredes. Na respectiva cantaria abundam as siglas. Ameias, rasgadas com seteiras cruciformes — pelo que serviam para o tiro de bésta e para o de colubrina —, formam-lhe uma corôa dentada. No extremo



SIGLAS DUPLAS

superior dos cunhais ressaltam atalaias circulares, apoiadas em altas cantoneiras, de secção rectangular, que, porém, não serviam de mata-cães. Êsse elemento defensivo admiravelmente garante a tórre e distingue-a do tipo generalizado no país. Na atalaia do nordeste observa-se uma rude insculptura, bastante delida, cujo significado está por descobrir. Como sendo o braço do conde de Benavente ⁽²⁾ alguns a interpretaram; como sendo o emblema

(1) Alcaide-mór do castelo bragançano.

(2) Descendente de João Afonso Pimentel, o alcaide mór e senhor de Bragança na 2.ª metade do século XVI, filho de Rodrigo Afonso Pimentel, comendador-mór de Santiago.

de S. Tiago, por causa dos votos do mesmo, a definiram outros. É grandioso o panorama que se disfruta do seu amplo eirado, assente na cobertura abobadada.

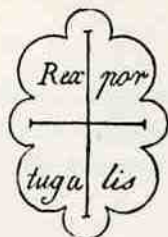
A única porta de comunicação com o exterior, cuja ponte levadiça já não existe, fica no flanco do norte, bastante acima do solo; prestava-lhe a conveniente defesa o balcão de mata-cães, firmado no alto da torre. A mais de meia altura desta corre uma faixa de granito, para seu realce. Duas janelas de gótico radiante, maineladas muito graciosas, rasgam os lados do sul e nascente, acima da dita faixa, da qual parece pender, no meio da face meridional, o braço del-rei D. João I, emoldurado. Vários postigos ogivais e seteiras fendem as faces da torre.

Em três pavimentos se divide o interior; no entanto, a disposição do mesmo, relativa aos aposentos, foi grandemente modificada com a actual escadaria, que substituiu, talvez em 1671, a primitiva. No 1.º fica a cisterna, onde caíam as águas fluviais do eirado, e uma quadra poligonal, sem luz, com abóbada e nervuras de tijolo, à qual se desce por escada helicoidal e se tem atribuído a função de masmorra. Uma varanda corrida, de granito, serve três lados do 3.º, bastante reconstruído. Nas salas do mesmo, com abóbadas e nervuras de tijolo, instalou o arquivo do regimento e formou um interessante museu militar o coronel António José Teixeira, exímio historiógrafo da vida militar de Trás-os-Montes. Na de Mou-sinho d'Albuquerque guardam-se trofeos e lembranças das guerras africanas, entre elas a travada com o Gungunhana; na do general Gomes da Costa, lembranças e trofeos da Grande Guerra.

Não poucos cárcos, nos tempos medievais, padeceu Bragança. Foi o primeiro o de Afonso IX de Leão, em 1188, e a êsse acudiu el-rei D. Sancho, o Povoador. Em 1326 investiu-a D. Afonso Sanches (irmão bastardo del-rei D. Afonso IV), ajudado pelo infante D. Filipe de Castela. Por motivo do de 1369, posto por Henrique III de Castela, ficou na posse dos espanhóis até 1371. Voltaram êles a dominar o castelo desde 1398 a 1400, devido à traição de João Afonso Pimentel, seu alcaide-mór.

O perdimento da independência nacional, a Restauração e a Guerra dos 7 anos fôram causas de variadas lutas entre bragançanos e castelhanos.

CARLOS DE PASSOS



ALGUMAS CARTAS DE D. JOÃO IV

APRESENTADAS E ANOTADAS POR EDUARDO BRAZÃO

D. António Caetano de Sousa nas *Memórias históricas e genealógicas dos grandes de Portugal* (1), traça os seguintes dados biográficos de D. João da Costa, Conde de Soure:

«Nasceo no anno de 1610. Foy o primeiro Conde de Soure, e hum dos Acclamadores do Senhor Rey D. João IV do seu Conselho de Guerra, e General da Artilharia. Posto com que se achou na batalha de Montijo, em que sahio mal ferido, devendo-se á sua actividade o bom successo daquelle dia. Depois occupou os Póstos de Mestre de Campo General da Provincia de Alemtejo, e Governador das Armas daquelle Provincia, governo que lhe entregou El Rey D. João, estando para morrer, mostrando nesta mercê o quanto fiava no seu valor, e prudencia. Foy Embaxador Extraordinario a Luiz XIV de França, no anno de 1659, e depois Presidente do Conselho Ultramarino, e Gentil Homem da Camara do Senhor Rey D. Pedro sendo Infante. Morreo a 22 de Janeiro de 1667, e foy enterrado na Capella Mór do Collegio de Santo Antão dos Frades Eremitas, de que era Padroeiro.»

São a êste Conde de Soure dirigidas as cartas de D. João IV que hoje publicamos, ainda quando êle era Mestre de Campo General da Provincia do Alentejo.

XIX

«Conde de Soure amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Por parte da nobresa, e Pouo da Villa de Monforte dessa Prouincia, se me representou o estado em q̄ ella se achaua assi de gente como de pobre, por causa das entradas, e roubos, q̄ o inimigo hauia feito em suas fazendas, e gados, pedindo q̄ por estas, e outras mais resões q̄ apontarão, lhe fizesse merce, mandarlhe dar o pão de monição q̄ fosse seruido para se sustentarem, e considerado tudo, fuy seruido mandar q̄ ás vigias do campo se de pão de munição,

(1) 4.^a ed., pág. 381.

de q̄ me pareceo auisaruos, para q̄ tendo entendido esta minha resolução procureis q̄ assi se execute. Escrita em Lx.^a a 30 de Nouembro de 1653.

Rey

O Conde de Prado

Pedro Cesar de Meneses

Para o Mestre de Campo g.^{al} do Ex.^{to} de Alentejo.» (1)

XX

«Conde de Soure amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Vi a vossa carta de 6 do corrente em q̄ me propusestes sogeitos para capitães das companhias de Auxiliares infantiles q̄ estão formadas nas Villas do Torrão, Borba, e ferreira, e porq̄ para a do Torrão nomeey a Lourenço Cardim Correa, para a de Borba a Antonio Lourenço franco, e para a de ferreira a Vasco figueira raposo, me pareceo auisaruolo para o terdes entendido. Escrita em Lx.^a a 21 de Jan.^o de 1654.

Rey

Saluador Correa de sáa j benauide

Pedro Cesar de Meneses

Para o Mestre de Campo g.^{al} do Ex.^{to} de Alentejo.» (2)

XXI

«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̄ amo. Por ter mandado uir plo Correg.^{or} da Comarca de Beja, presos para o Limoeiro, Luis de Castanheda de Brito, e Manoel Lopes do Mato, da Cadea, de Beja onde estão, e comuir assim, a meu seruiço, e cumprimento da justiça, uos encomendo muyto, e mando, lho não impidais, e os deixeis trazer, porque em cazo, que se auerigue, que por soldados, sejam da uossa jurisdição, na

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 145.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 57.

prizão do Limoeiro, os achareis, mais seguros, para dar a execução o que na materia se determinar. Escritta em Saluaterra de Magos a 23 de Jan.^o de 654.

Rey . . .

Para o Conde de Soure.» (1)

XXII

«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^o saudar como aquelle q̃ amo. Para Capitães das companhias de infantaria que uagarão nos terços desse ex.^o, de q̃ são Mestres de Campo: Affonso furtado de Mendoça; e João Leite de Oliueira, para as quais me propusestes sog.^{os} fui seruido nomear para a de q̃ foi Capitão Andre Murmans no terço de Affonso furtado a fr.^o Sodre Pereira, e p.^a as duas do terço de João Leite de Oliueira p.^a a de Lucas Barroso á Bras Torrado, e para a de fran.^o Velho do Auelar á João Roiz Leitão, e para q̃ o tenhais entendido; me pareceo auizaruolo por esta carta. Escrita em Lx.^a 28 de Jan.^o de 1654.

Rey . . .

Saluador Correa de sáa j benauide.

Pedro Cesar de Meneses

P.^a o Conde de Soure.» (2)

XXIII

«Conde de Soure amigo Eu El Rey vos enuio m.^o saudar como aquelle q̃ amo. Hauendo uisto as vossas cartas, em q̃ me propusestes sogeitos para alguãs companhias de Infanteria q̃ uagarão nesse Exercito, fuy seruido nomear para a de João de Sousa Leitão, a João Vieira Mendez, para a de João Roiz Coelho a Gregorio Nobre primeiros propostos por Vos, e para a de Esteuão Paes Estaço a Manoel Arnaut soto mayor proposto em segundo lugar de que

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 56.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 114.

*lhes tenho mandado passar patentes, e pareceome auisaruolo para q̄ o tenhaes entendido.
Escrita em Saluaterra a 28 de Jan.^{ro} de 1654.*

Rey . . .

Saluador Correa de sáa j benauide.

Pedro Cesar de Meneses

Para o Mestre de Campo g.^{al} do Ex.^{to} de Alentejo.» (1)

XXIV

*«Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Para Capitães das companhias de cauallos q̄ estão uagas nesse ex.^{to} para as quais me propusestes sog.^{tos} fui seruido nomear, para a q̄ foi de Enrique de figueiredo a P.^o Cesar de meneses, e para a de Gerardo Vaninguen a fran.^{co} da silua de Moura, e para a de João doliueira Delgado a Dom Luis de Meneses: E para a de Esteuão Rocieres a Jeronimo Borges; E para a de guarda do Governador das armas a Andre Gastino. De q̄ me pareceo auisaruos p.^a q̄ o tenhaes entendido.
Escrita em Lx.^a 28 de Jan.^{ro} de 1654.*

Rey . . .

Saluador Correa de sáa j benauide.

Pedro Cesar de Meneses

P.^a o Conde de Soure.» (2)

(1) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 54.

(2) Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VI-29, fol. 55.

CASTELOS DE PORTUGAL

CASTELOS DE ARNOIA E SABUGAL

Com o robustecimento do poder real e com o aparecimento das bôcas de fogo, perderam os castelos o seu valor militar, mas é preciso não esquecer que, até aí, êles eram os mais preponderantes elementos de defesa nacional, e os mais formidáveis obstáculos que opusemos à invasão dos sarracenos e dos castelhanos.

(Em defesa dos Castelos Portugueses — Jorge Larcher).

Não podemos, por falta de elementos, precisar qual o papel que teve o castelo de Arnoia, na fundação de Portugal.

É fortaleza antiqüíssima, em boa posição estratégica e dela se desfruta um vasto e belo panorama.

O P.^e Cardoso, no *Dicionário Geográfico*, a êste monumento militar se refere e diz: «Há nesta freguesia, sôbre hum alto monte, hum castelo, cuja muralha, pela grande antiguidade, se acha com alguma ruina».

Hoje o castelo está bastante desmoronado e precisa de importantes obras, visto que a sua tôrre de menagem e muralhas ameaçam maior ruína se não se lhes acudir com as reparações indispensáveis de que carece.

Também na freguesia de Arnoia existiu um mosteiro de religiosos beneditinos, que foi fundado por Mónio Monís.

O castelo de Arnoia era uma vasta e robusta fortaleza, situada em terra de Basto, terra que D. João I deu ao Conde de Ourém (D. Nuno), conjuntamente com outras povoações.

É natural que êste castelo não ficasse solitário ou indiferente às lutas que se travaram nos primeiros tempos da fundação da nacionalidade, mas, como já dissémos, não temos dados, de fonte segura, que nos permitam determinar qual teria sido a sua acção.

Sôbre o castelo de Sabugal, vários são os trabalhos que se lhe referem, sendo de mencionar, entre êles, as «Memórias sôbre o Concelho de Sabugal», da autoria do Dr. J. Manuel Correia, estudo consciencioso e muito interessante.

A maior parte dos escritores atribuem a construção dêste castelo a D. Diniz, afir-

mando João Grave, que no fecho da abóbada superior da torre de menagem foi colocado um escudo com as armas reais e êstes dizeres :

Esta fez el-rei D. Dinís
Que fez tudo quanto quis
Que quem dinheiro tiver
Fará o que quiser.



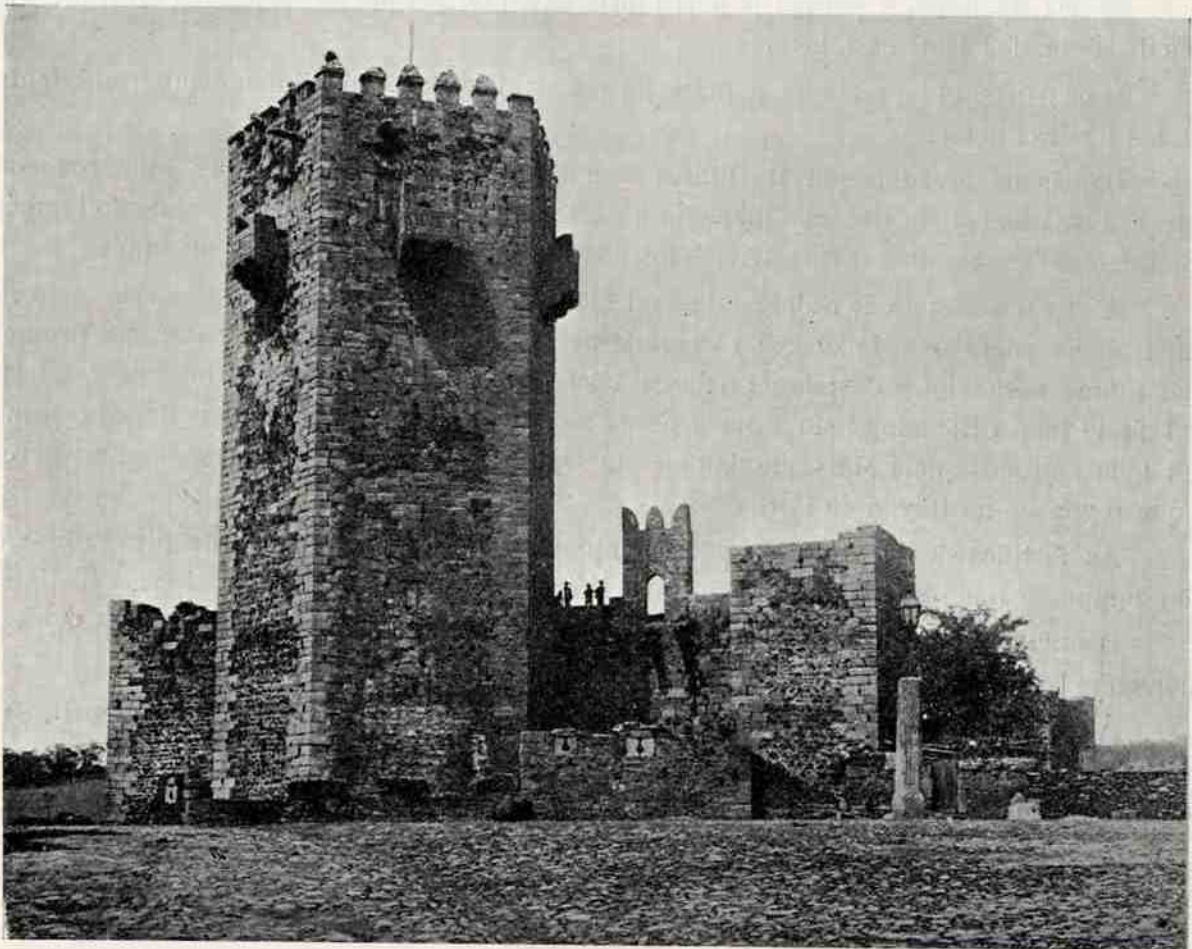
CASTELO DE ARNOIA

Mas outros escritores dão-nos outra variante desta quadra, que confirma a tradição oral da construção do castelo, da fonte e da ponte, por D. Diniz

Eu el-rei D. Diniz
Ponte, fonte e castelo fiz ;
E quem dinheiro tiver
Fará o que quiser.

O ilustre escritor Ramalho Ortigão, na sua obra «Banhos de Caldas e Águas Minerais», apresenta-nos também uma outra variante, certamente referente ao castelo

Esta fez el-rei D. Diniz
Que acabou tudo o que quis,
Que quem dinheiro tiver
Fará quanto quiser.



CASTELO DE SABUGAL

Mas o que certo é que no castelo não se achou a quadra, que a tradição popular afirma ter estado na ponte, e que alguns escritores sem fundamento dizem encontrar-se no castelo.

Frei Brandão, na *Monarquia Lusitana*, diz que D. Diniz fez no Sabugal um castelo com uma tôrre de cinco quinas...

Mas não bastam estas declarações que não estão devidamente fundamentadas, para atribuímos a fundação do castelo a D. Diniz, tanto mais que há escritores que são de opinião que o castelo é de construção anterior ao reinado do rei Lavrador, e da *Crónica de el-rei D. Diniz*, de Rui de Pina, se depreende que êste rei fez uma reconstrução, como se vê do seguinte período:

«E na comarca da beira e de Ribã De Coa fez de novo êstes castelos... Sabugal...»

Se fez de novo, é porque já outro teria existido, porque se assim não fôra, bastaria que dissêsse «fez êstes castelos...»

Mas o assunto presta-se a mais largas explicações, que não se comportam dentro destas ligeiras notas.

Depois de invadida por D. Diniz a Comarca de Ribã Coa, procurou o monarca assegurar a sua conquista não só edificando e reedificando muralhas e castelos, como também concedendo forais e numerosos privilégios aos moradores das terras conquistadas.

A vila e o castelo de Sabugal deviam merecer-lhe especial carinho, de certo, pela sua importância como nos deixa ver o seguinte período do foral: «Outrosy outorgo e prometo que nunca essa vila e Castelo de Sabugal com todas sus Alcaydias e termho de nen leyxe a Infante nen a Ricomen nem a outra pessoa nenhuma em prestamo nen en doaçon nenhuma toda nen parte dela Mais que fique e que seja meu e dos Reys que despos mim veerem e que reynasen no Reyno de Port.»

As fortificações do Sabugal são exemplares interessantes da arquitectura militar do seu tempo, e onde se notam três estilos diferentes correspondentes a épocas distintas.

Dentro das muralhas do castelo eleva-se altiva e dominadora a bela e sólida tórre de menagem, como mostra a gravura que acompanha êste artigo.

À sombra das suas muralhas se realizou a entrevista e pazes entre o nosso D. Sancho II e D. Fernando III de Leão e Castela, e bem perto delas se travou um combate entre portugueses e soldados de Massena.

Achamos interessante transcrever a parte da carta de 24 de Novembro de 1643, de Brás Garcia Mascarenhas, dirigida a Frei Francisco Brandão, na parte referente ao Sabugal:

«He uilla de 300 uezinhos tẽ por oposto o Castello de Elge q̄ dista della 3 grandes legoas atrauesando o Caminho auolta q̄ a raia faz de leste a Oeste he o Castello do Sabugal de figura quadrada ea cerca da uilla redonda sã nenhũ descortino esta parece moderna aquelle antiguo edo tẽpo de mouros tẽ huã torre de sinco quinas altissima e no fecho da mais alta abobeda pela parte de dentro as quinas de Portugal do q̄ se infere q̄ esta torre e os baluartes q̄ descortinaõ o Castello saõ hobras de Rei Portugues acrescentadas á cerca antiga como ellas mostraõ claram.^{te} tẽ este Castello sua barbacã e caua e he forte mas sogeito a m.^{tos} padraos em Cida R.^o ha inda na sé hũ Arcediago q̄ se intitula do Sabugal q̄ he oje Bispado de lamego e todos os mais Castellos de ribã Coa a q̄ chamaõ Bispado nouo

que ao modo de Castella paga inda pera as fabriqas das jgr.^{as} o terçoelo q̄ elles chamaõ terçoilo que he o terço de hũ terço dos dizmos q̄ elles conegos arrecadaõ m.^{to} bẽ e fabricaõ tão mal q̄ se intentou tomarselhe pera as fortificações.»

Este autógrafo de Brás Garcia, que nos foi dado a conhecer por Cunha Saraiva, é um documento muito curioso e importante para a história da região e das fortalezas de Coa.

O castelo do Sabugal é de facto um monumento digno do nosso aprêço, que se deve manter e guardar como belo especime de architectura militar e como gloriosa recordação dêsse passado distante.

Ainda recentemente lhe foi attribuída pelo Govêrno uma verba para acudir às mais urgentes reparações e oxalá se possa restaurar e aproveitar a tôrre de menagem e instalar um museu regional nesta bela fortaleza, consagrada na seguinte quadra:

Castelo de cinco quinas (1)
Na no há em Portugal
Senão ó cimo do Coa
Na vila do Sabugal.

JORGE LARCHER

(1) Houve outros castelos em Portugal com tórres de cinco quinas.

L E G I S L A Ç Ã O

DECRETO-LEI N.º 30:374

É fácil reconhecer o alcance moral que terá a vinda à metrópole, neste ano jubilar de 1940 e durante as festas comemorativas do Duplo Centenário, de um grupo de velhos colonos de alguns dos nossos domínios ultramarinos.

O Governo já tornou possível a ida às colónias da juventude escolar, e das colónias trouxe estudantes dos liceus, para, numa comunhão de pensamentos, melhor se compreenderem.

Agora pretende que os colonos mais antigos voltem à Mãe Pátria numa romagem que será o Cruzeiro dos Velhos Colonos, e durante a qual verificarão o progresso, a disciplina, a paz e a ordem de que o País hoje disfruta.

Assim:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — Fica autorizada a Agência Geral das Colónias a promover a realização, nos meses de Abril a Setembro do ano corrente, do Cruzeiro dos Velhos Colonos.

§ 1.º — Este Cruzeiro abrangerá colonos de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

§ 2.º — O agente geral das colónias será incumbido de dirigir o Cruzeiro, com a assistência do director da revista colonial *O Mundo Português*.

Art. 2.º — O Cruzeiro tem por fim principal facultar aos velhos colonos, que há longos anos não vêm ao Portugal europeu, uma visita que lhes permita participar nos festejos comemorativos do Duplo Centenário, da nacionalidade e da restauração.

Art. 3.º — Para fazer face às despesas da organização, instalação e realização do Cruzeiro dos Velhos Colonos fica o Governo autorizado a abrir, com as formalidades legais, a favor do Ministério das Colónias, um crédito especial de 300.000\$00 e são autorizados o governador da colónia de Cabo Verde e os governadores gerais das colónias de Angola e Moçambique a abrir, com as formalidades legais, créditos especiais das importâncias, respectivamente, de 7.000\$00, 88.000\$00 e 205.000\$00.

§ único. — Os créditos coloniais a que este artigo se refere terão por contrapartida iguais importâncias a sair dos saldos positivos das respectivas contas de exercício.

Art. 4.º — A importância total de 600.000\$00 dos créditos autorizados pelo artigo antecedente, que a metrópole e as colónias citadas despendem com a realização do Cruzeiro, será entregue à Agência Geral das Colónias, que prestará as competentes contas ao Tribunal de Contas por intermédio da 9.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública quanto à parte utilizada do primeiro dos mencionados créditos e à 2.ª Repartição da Direcção Geral de Fazenda das Colónias quanto à parte utilizada dos créditos coloniais, repondo prévia e respectivamente os saldos que houver.

§ único. — A prestação de contas deve ser feita nos termos e prazos legais.

Art. 5.º — Pelo presente decreto fica o Ministro das Colónias autorizado a estabelecer, por simples portaria, com dispensa de quaisquer formalidades legais, o número de colonos que deve constituir o Cruzeiro dos Velhos Colonos e as retribuições ao pessoal que por ele fôr julgado indispensável para a realização deste Cruzeiro.

§ 1.º — O referido pessoal poderá ser dispensado de quaisquer funções que esteja desempenhando, sem perda dos seus vencimentos próprios, que serão acumuláveis com as remunerações a que este artigo se refere e que por portaria lhe sejam atribuídas.

§ 2.º — Um funcionário colonial, escolhido pelo Ministro das Colónias, acompanhará o Cruzeiro desde o seu início até ao seu termo, com direito aos seus vencimentos por inteiro, como se estivesse em activo serviço na respectiva colónia, sendo a sua missão assistir aos colonos durante a viagem e orientá-los sobre os fins do Cruzeiro.

Art. 6.º — O Ministro das Colónias fica autorizado a, por despacho, estabelecer os pormenores da realização do Cruzeiro.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado nos «Boletins Officiais» das colónias de Cabo Verde, Angola e Moçambique.

Paços do Governo da República, 10 de Abril de 1940. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

PORTARIA N.º 9.509

Realizando-se no dia 4 de Junho do corrente ano, em Guimarães, o acto solene comemorativo da Fundação, início da Época medieval das Comemorações Centenárias;

Considerando que o programa oficial prevê a projecção desta solenidade em todo o Mundo Português de forma a unir no mesmo sentimento de continuidade histórica e de justo orgulho nacional todos os portugueses espalhados pelo mundo;

Considerando, ainda, que semelhante sentimento se deve expressar num acto simbólico geral, convidando-se todos os portugueses a desfaldar a bandeira da Fundação, sob cuja égide se constituiu a Nacionalidade, no mesmo momento em que o venerando Chefe do Estado erguerá igual pendão na torre da menagem do castelo de Guimarães;

Manda o Governo da República Portuguesa, pela Presidência do Conselho:

1.º — Que seja hasteada no dia 4 de Junho de 1940, às doze horas da metrópole e ao sinal trans-

mitido de Guimarães pela Emissora Nacional, em todos os estabelecimentos públicos do continente, ilhas adjacentes e colónias, e em tôdas as embaixadas, legações e consulados de Portugal nos países estrangeiros, ao lado da bandeira nacional, a bandeira da Fundação, conforme modelo que acompanha a presente portaria.

2.º — Que esta cerimónia se realize, nas escolas e guarnições militares, perante os alunos e as tropas formadas.

3.º — Que se observem em todos os estabelecimentos públicos do Império, na parte que lhes disser respeito, as solenidades previstas no programa oficial das Comemorações, em coincidência horária com o acto medieval de Guimarães.

Presidência do Conselho, 19 de Abril de 1940. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

PORTARIA N.º 9.519

Convindo esclarecer dúvidas suscitadas na interpretação da portaria n.º 9.509, de 19 de Abril último: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, que:

1.º — Nas localidades em que existam castelos relacionados com a história da Fundação e da Conquista, o disposto na referida portaria de nenhum modo prejudique as solenidades previstas no programa das Comemorações Centenárias em coincidência horária com o acto medieval de Guimarães, devendo as autoridades locais, a Mocidade Portuguesa e o povo reunir-se em volta desses monumentos da arquitectura militar, para a cerimónia do hasteamento da bandeira da Fundação e inauguração

da inscrição histórica comemorativa, às doze horas do dia 4 de Junho;

2.º — As bandeiras da Fundação, cujo modelo acompanhou a portaria n.º 9.509, podem ser de tamanhos diferentes, conforme os monumentos e edifícios a que se destinam, devendo sempre observar-se as proporções fixadas no referido modelo entre as dimensões do campo da bandeira e as da respectiva cruz heráldica.

Presidência do Conselho, 10 de Maio de 1940. — O Presidente do Conselho, *António de Oliveira Salazar*.

DECRETO-LEI N.º 30:454

Iniciando-se no próximo dia 4 de Junho as comemorações do duplo centenário da fundação e da restauração de Portugal e sendo aquêlo o dia especialmente destinado a celebrar o oitavo centenário da constituição da nacionalidade;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do art.º 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte: Artigo único. — E considerado feriado nacional o dia 4 de Junho do corrente ano de 1940.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Maio de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

REVISTA DA IMPRENSA

IMPRENSA PORTUGUESA

O Diário de Notícias, de 10 de Abril último, publicou em editorial o artigo intitulado «O Lar comum», que a seguir transcrevemos:

«Está nomeada a Delegação Brasileira às nossas Festas Centenárias e está quasi concluído o Pavilhão da grande República Sul-Americana, na Exposição do Mundo Português — único pavilhão estrangeiro que figura no nosso certame de História. Brevemente Lisboa terá mais um monumento: a estátua de Pedro Álvares Cabral, oferta do Governo brasileiro, que será inaugurada em Junho.

Desta forma, através do Atlântico, as duas Pátrias unem a sua alma, e estreitam, num abraço, o o passado, o presente e o futuro duma civilização comum. Esse será um dos grandes factos comemorativos das celebrações. Sem êsse facto, sem a espiritual solidariedade da grande Nação, filha do génio lusíada, haveria na nossa grande mesa de família um lugar vago.

A participação, tal como vai realizar-se, do Brasil, dá ao nosso aniversário nacional o seu pleno sentido histórico. Desde a primeira hora o sentimos. O Brasil compreendeu-o, em tôda a sua significação

e no seu alto sentimento. Reconheçê-lo e agradecê-lo é um dever.

Alberto d'Oliveira, que teve sempre o raro talento das sínteses expressivas, definiu ha pouco Portugal em relação aos brasileiros como «a Pátria da sua Pátria». E' difficil dar uma imagem mais feliz da intimidade de sangue e da afinidade moral que caracterizam, em relação ao imenso Brasil, a imortal paternidade portuguesa. As grandes datas que êste ano vamos comemorar são, na realidade, comuns aos dois povos.

Cada brasileiro tem a sua Pátria, que é o Brasil — mas tem a Pátria da sua Pátria, que é Portugal. Vindo até nós, no momento em que procuramos, na evocação do passado, melhores energias e mais altos estímulos para amanhã, o Brasil visita, honra e festeja a velha casa, onde êle próprio nasceu. E Portugal, dando ao filho admirável, senhor do seu maravilhoso destino e criador duma civilização própria e nova, o lugar de honra, entre as suas mais puras glórias, afirma, no mais simbólico gesto nacional, a perpetuidade da raça e a universalidade do espirito, que constituem os seus mais altos títulos de fundador de nações.

As nossas Comemorações deixam assim de ser uma simples celebração nacional para assumirem

o carácter duma festa de família — a que a Espanha, enviando-nos, numa simpática manifestação de cordialidade peninsular, algumas das mais valiosas recordações portuguesas existentes nos seus arquivos ou nos seus museus, se associa expressivamente. Todo o grande sentido da nossa dupla fundação continental e atlântica fica desta forma, em proporções diversas, mas significativas, assinalado e ilustrado.

Várias nações amigas estarão presentes, através de delegações, mais ou menos numerosas, às nossas evocações. A participação do Brasil tem um carácter diverso — não só porque é a única que reveste o aspecto e assume, materialmente, na Exposição do Mundo Português, a importância duma realidade autónoma e duma representação própria, mas ainda (e isso é talvez o principal) pela função espiritual que, em tôdas as comemorações, liga a sua luzida assistência aos próprios factos que se comemoram.

Em Novembro, o terceiro e último período das celebrações será, pode dizer-se, iniciado, pela realização do Congresso Luso-Brasileiro de História, a cuja organização Júlio Dantas está imprimindo, com a autoridade duma reputação e duma cultura igualmente consagradas nos dois países, o verdadeiro alcance duma manifestação de civilização portuguesa inter-continental. Todos os grandes problemas comuns da tradição, da raça, do intercâmbio literário, da língua, da expansão, serão estudados, documentados, esclarecidos nessa magna reunião intelectual brasileira e portuguesa.

Dêsse Congresso deve sair uma obra, cuja repercussão política pode ser notável e proffua. As raízes do Brasil mergulham na própria alma de Portugal. Arvore imensa, de vegetação luxuriosa e rica, cuja sombra se projecta sobre um continente, o Brasil constitui uma das grandes perspectivas do Mundo.

Mas a sua potente realidade moral está indissolúvelmente ligada, nos seus fundamentos e, portanto, no seu próprio génio, ao nosso velho, glorioso património histórico. Sempre que o Brasil queira volver dos horizontes magníficos do presente e do futuro os seus olhos para o passado, encontrará os nossos olhos amigos e paternais — que o seguem. Sempre que Portugal estenda, da sua janela oceânica, o olhar sobre o Mundo, encontrará a imagem da vasta e rica Pátria sul-americana, como a projecção, engrandecida, do seu próprio génio.

Entre o Brasil e Portugal não há, portanto, uma simples comunidade e consanguinidade de cultura: há a possibilidade, sob muitos aspectos, duma verdadeira assimilação de elementos espirituais. O

Congresso Luso-Brasileiro de História é disso um testemunho: o seu programa reveste, por isso, um transcendente significado, que não é demais enaltecer.

Nêsse grande ciclo de História, que as nossas Comemorações vão inaugurar, o papel do Brasil é considerável. A sua contribuição valiosíssima. O lar é comum: nada do que constitui a nossa glória é estranho à glória do Brasil. Celebrando o nosso passado, o Brasil enaltece-se a si próprio.

E Portugal não poderá esquecer, por seu turno, que comemorando oito séculos de História não é somente às datas e sombras que dá vulto, não são apenas cinzas e recordações que revolve — ou simples realidades morais que orgulhosamente ilustra. Há duas imortalidades, tangíveis, que, nos seus braços atlânticos, êle pode erguer, em festa: uma, é o seu próprio génio universal, redivivo, é a sua própria magnífica existência; a outra, é a carne da sua carne, a alma da sua alma, emancipada e longínqua, a juventude histórica da sua própria juventude: o Brasil, em plena e também imortal gestação de força.

Só a proclamação desta verdade, que abrange dois mundos, bastaria para justificar o espírito das Comemorações — que são nossas, porque é a nossa Pátria, individual e colectivamente, que glorificamos, mas que também são vossas, ó brasileiros!, porque é, no passado e para sempre, da «Pátria da vossa Pátria», que se trata!»

IMPrensa BRASILEIRA

O importante jornal brasileiro «Diário de Notícias», do Rio de Janeiro, sob o título — «Portugal e a Civilização» — publicou o interessante artigo que temos o prazer de arquivar nas páginas desta Revista:

«Portugal vai comemorar em 1940, como se sabe, o centenário da sua fundação e o da sua restauração, inaugurando em Lisboa com êsse fim, e como síntese retrospectiva da sua função histórica na existência da humanidade, a Exposição do Mundo Português.

Esta denominação é sobremodo feliz. Antecipando a grandiosidade do certamen, ela, ao mesmo tempo, indica e resume o extraordinário sentido político e humano da vocação civilizadora de Portugal.

Efectivamente, no seu passado de descobertas e de colonização, com as suas velas aventurosas, com a sua raça de navegantes, com a intrepidez do seu génio revelada em lances heróicos da epopeia ultramarina, Portugal tirou da obscuridade e do mistério

um mundo, distribuído pela vastidão dos mares nunca dantes navegados.

Antes de outra qualquer língua viva ocidental, foi a língua Portuguesa que, levada no bojo das caravelas, ecoou nas paragens mais remotas da terra e deu aos autochtones mais ou menos selvagens a idea forte e ousada de que uma sociedade humana adiantada e esclarecida existia com a missão de descobrir, dirigir, guiar e civilizar as gentes mergulhadas na barbaria.

Conseqüentemente, Portugal criou um mundo, o mundo português foi uma realidade, em grande parte plasmada com o sangue e a inteligência lusíadas e, de tal sorte, a exposição dos dois centenários seria inexpressiva e banal se não reconstituisse pelas imagens da arte e pela memória histórica os largos e fecundos séculos em que o pequeno-grande povo cumpriu o seu destino.

Do opulento aderêco imperial formado pela energia e pela bravura lusitanas, salientou-se desde logo o Brasil como a jóia de mais primor e de maior preço.

Em conseqüência, pela força de uma predestinação lógica, o nosso país prolongou Portugal nas terras do Novo Mundo, embora diferente seja a feição típica da nossa evolução social e económica, determinada pelo imperativo do factor geográfico.

O facto de conservarmos o idioma herdado, de termos ascendência portuguesa em mais de dois terços da população, de cultivarmos em enorme maioria a religião transmitida, êsse facto mostra que somos uma reserva viva, e cada vez mais volumosa, da nação que se revê no Brasil com o orgulho, a confiança e a fé que justificam a convicção da própria sobrevivência.

É o suficiente para podermos afirmar inteira e espontânea solidariedade às comemorações portuguesas de 1940. As glórias eternas que elas vão celebrar encontrarão a reverência da nossa estima e o entusiasmo da nossa compreensão.

Não faltará a Portugal, com a nossa presença nos esplêndidos actos comemorativos que uma fulgurante elite de patriotas, de escritores e de artistas prepara em Lisboa — a certeza da nossa emoção

fraterna na sinceridade com que haveremos de participar como nenhum outro povo da consagração de tantos e tamanhos heróis que tornaram possível a Portugal engrandecer perenemente a civilização do planeta.

Não fôsse a guerra, e é indubitável que tôdas as nações cultas cooperariam empenhadamente na maior projecção mundial das próximas festas lisboenses, de vez que Portugal é um património inexcusável da consciência moral da humanidade.

De qualquer modo, porém, a significação e o alcance das comemorações não serão atingidos. Bastará o mundo que Portugal formou, como gigantesca contribuição ao progresso humano, para que a recordação dos centenários, ajudada pelo esplendor da história e pela pujança prestigiosa da raça, encontre a vibração, a exaltação e a beleza que deve ser, há-de ser e será o seu marco de luz na penumbra inquietante desta hora de tragédia no planeta.

E o Brasil, pela unanimidade cordial de seus filhos, lá estará com a homenagem da sua admiração e a fidelidade do seu affecto».

OUTROS PAÍSES

O importante jornal «L'Etoile Belge» publicou recentemente um interessante artigo acêrca das próximas Comemorações Centenárias de Portugal, intitulado: «Portugal, nação feliz».

Depois de afirmar que «Portugal oferece ao mundo o exemplo admirável dum oásis de paz, de trabalho, de prosperidade, de tranqüilidade interior, no seio de uma Europa entre as garras do cáos», refere-se pormenorizadamente à Exposição do Mundo Português e à constituição dos seus diversos pavilhões, que, no seu conjunto, formarão uma verdadeira «cidade da História de Portugal».

E «L'Etoile Belge» conclue com estas palavras o seu curioso artigo:

«Feliz país, na verdade, deante do qual se abrem tão grandiosas e risonhas perspectivas».



NOTAS VÁRIAS

PROGRAMA DAS COMEMORAÇÕES CENTENARIAS DA FUNDAÇÃO, EM GUIMARÃIS

3 DE JUNHO

— Chegada de S. Ex.^a o Presidente da República a Guimarães (1).

A Câmara Municipal e a população aguardarão S. Ex.^a no limite do Concelho.

O Chefe do Estado será hóspede da cidade e alojar-se-á no Castelo de Guimarães.

Às 16 horas — Chegada dos Corredores que disputam a Corrida Ciclista das Flores de Portugal, entre Ourique e Guimarães (2).

Às 22 horas — Toque de recolher junto às muralhas do Castelo. Velada de armas até à alvorada do dia 4 (3).

4 DE JUNHO

Às 6,30 horas — Alvorada no Castelo, por clarins. Retirada da Guarda que velou. Ocupação do Castelo pelos guerreiros da Fundação.

Às 8 horas — Partida do «Cortejo das Flores» do Campo da Feira para o Campo do Salvador. Deposição das flores junto às muralhas do Castelo. Concentração popular para a Missa Campal no Campo do Salvador (4).

Às 10,15 horas — Missa Campal com órgão e coros rezada por Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Arcebispo de Braga, com a assistência do Chefe da Igreja Portuguesa, Sua Eminência o Cardial Patriarca de Lisboa (5).

Às 11,30 horas — Discurso de S. Ex.^a o Presidente do Conselho para o Império Português (6).

Às 12 horas — Momento Eucarístico da Pátria. O Chefe de Estado iça no alto da Torre de Menagem a primeira bandeira de Portugal. Apoteose ao oitavo centenário da Nacionalidade em todo o Império Comunhão das almas portuguesas em correspondência com a solenidade que terá lugar no Castelo onde nasceu Portugal-Nação (7).

Às 12,30 horas — Desfile do elemento oficial e do povo perante o Chefe de Estado, no interior do Castelo Guimarães (8).

Das 13,30 às 22 horas — Guimarães em festa. Intervalo de programa para visita dos forasteiros á cidade engalanada, aos seus palácios, ruas e museus. Festivais populares, espectáculos de ar livre, etc. (9).

Às 22 horas — Representação, no Castelo de Guimarães, do «Auto da Fundação de Portugal» original de Ramiro Guedes de Campos, pelos melhores artistas portugueses, em teatro da Natureza.

— Arraiais e festas populares na cidade.

— Concerto pela Banda da G. N. R. (10).

Às 23 horas — Saída do Cortejo Luminoso.

— Iluminação a barricas de alcatrão de todos os pontos culminantes que cercam Guimarães.

Às 23,45 horas — Passagem do Cortejo em frente da porta Sul do Castelo. Iluminação do Castelo.

Às 24 horas — Apoteose pirotécnica das festas (11).

5 DE JUNHO

Às 10 horas — Partida de S. Ex.^a o Presidente da República e de sua comitiva para o Porto. Cumprimentos de despedida no limite do Conselho.

NOTAS DESCRITIVAS SÔBRE O PROGRAMA

(1) — S. Ex.^a o Presidente da República será saudado, durante o percurso de Lisboa a Guimarães, pela Mocidade Portuguesa.

(2) — A corrida ciclista das Flores de Portugal, organizada pelo jornal *O Século* com a colaboração da Emissora Nacional, é uma prova aberta aos novos do ciclismo nacional, com a partida de Ourique e a chegada a Guimarães, no dia 3 de Junho. A prova é feita por lances sucessivos, durante alguns dias, e os corredores recrutados em tôdas as províncias de Portugal, levam a Guimarães as flores da sua província e disputam a honra do 1.º lugar. Haverá, além de outros prémios, a «Flor de Ouro», para o grupo provincial classificado em 1.º lugar, e a «Flor de Prata» para o vencedor individual.

(3) — A Velada de armas realizar-se-á da forma seguinte:

Em volta do Castelo acendem-se doze fogueiras de acampamento.

Mais uma fogueira, por cada torre, no interior do Castelo.

Estas fogueiras arderão até à alvorada.

No interior do Castelo, em volta de uma outra grande fogueira, constitui-se uma guarda de 60 homens que destaca uma sentinela por cada fogueira — e mais um, encarregado de a alimentar.

As sentinelas são rendidas de hora a hora.

Os postos são numerados.

Durante toda a noite, até à alvorada, as sentinelas, pela ordem de número de posto, bradarão o alerta :

Sentinela do posto 1: Sentinela Alerta!
 » » » 2: Alerta está!
 » » » 1: Quem vive?
 » » » 2: Portugal! Portugal! Portugal!
 » » » 2: Sentinela Alerta!
 » » » 3: Alerta está!
 » » » 2: Quem vive?
 » » » 3: Portugal! Portugal! Portugal!

Etc., etc.

E pelo microfone da Emissora Nacional o brado «Portugal! Portugal! Portugal!» será levado durante toda a noite a todo o Mundo.

(4) — O Cortejo das Flores forma-se no Campo da Feira e é constituído por :

- O Governador civil do distrito
- A Câmara Municipal de Guimarães
- As delegações oficiais
- As escolas
- As bandas de música
- Os carros conduzindo as flores enviadas de todo o Império a Guimarães para serem colocadas junto do Castelo
- O povo do concelho de Guimarães
- Os concorrentes à corrida das Flores de Portugal
- Os forasteiros que tenham acudido ao apêlo para se incorporarem com flores no Cortejo.

O Cortejo sai do Campo da Feira e dirige-se pela Rua de Santa Maria até ao Castelo, onde deporá as suas flores, e destroça no Campo do Salvador.

Os primeiros ramos de flores serão depositos junto à porta Norte do Castelo pelo Chefe de Estado, Governador e Presidente da Comissão dos Centenários.

As flores trazidas no Cortejo vão sendo sucessivamente depositadas nos socalcos do Castelo e, conforme uma ordem tendente a atapeitar completamente a base em que assenta, de forma a alcançar-se que as venerandas muralhas se ergam festivamente de entre um tapete espesso de flores.

Será feito um apêlo aos portugueses de todo o Império, incitando todos os que forem de Guimarães a levar flores, para as depor no Castelo — e os que não forem, a enviá-las por qualquer forma à Câmara Municipal, que por sua vez, as deporá. Para esse fim será feito convite às Câmaras Municipais de todo o Império, aos Governos Cívicos, escolas, quartéis, organismos políticos e patrióticos, caminhos de ferro, automobilistas, etc., etc.

Pretende-se que haja, nesse dia, junto do Castelo que foi berço de Portugal, flores de todo o Império. frescas ou ressequidas, em representação do altíssimo sentimento que neste dia juntará todos os portugueses no Mundo Português.

(5) — A missa campal será rezada, com toda a solenidade, por Sua Ex.^a Rev.^{ma} o Arcebispo de Braga, com a assistência de Sua Eminência o Cardinal Patriarca, após o desfile do Cortejo das Flores, no altar tomado a D. João de Castela na batalha de Aljubarrota — armado ante a porta Norte do Castelo — frente ao Campo do Salvador, onde se erguerão as tribunas do Chefe do Estado, Governador e elemento oficial. Órgão e coros. Alto-falantes assegurarão a audição em todo o Campo do Salvador.

A missa será radiofundida para todo o Império em ondas médias e curtas.

(6) — O discurso de S. Ex.^a o Presidente do Conselho, pronunciado no alto da Torre Norte, sobre a porta, será radiofundido para todo o Império, em ondas médias e curtas, transmitido para o Campo do Salvador e castelos coevos da Fundação por alto-falantes.

(7) — Momento eucarístico da Pátria :

Os clarins tocam a sentido e impõem silêncio. Sua Eminência o Cardinal Patriarca, no alto da torre de entrada abençoa Portugal e o povo. Ao som da marcha em continência, o Chefe do Estado, da Torre de Menagem içá, em alto mastro, a primeira bandeira de Portugal: a cruz azul sobre quadrado branco.

Quando a bandeira chega ao tópo é saudada por uma salva de artilharia. E imediatamente repicam todos os sinos da cidade. salva a artilharia e infantaria, sobem no ar morteiros e foguetes, explode o entusiasmo popular, gritam cornetas e sereias, são largados dez mil pombos. As bandas de música tocam a portuguesa. Em todas as colinas, montes e outeiros que cercam Guimarães serão lançadas girândolas de foguetes.

Far-se-á um apêlo a toda a população que se encontra no Campo do Salvador para erguer no ar, nesse momento, pequenas bandeiras de Portugal de 1140. Em todas as janelas da cidade a mesma bandeira será hasteada.

Em coincidência horária e por meio de sinal radiofónico cujas características serão transmitidas a partir de Abril, para todo o Mundo Português, pela Emissora Nacional — à mesma hora em que no Castelo de Guimarães sob a 1.^a bandeira de Portugal — repicam os sinos em todas as igrejas portuguesas d'Aquém e d'Além Mar e em todo o território do Império subirão foguetes e morteiros, salvará a arti-

lharia o os navios de guerra, no ponto em que se encontrarem, os coros escolares entoarão hinos, gritarão buzinas e sereias, as bandas de música tocarão o hino nacional e far-se-á a maior propaganda no sentido de se obter que a mesma bandeira que sobe em Guimarães, seja hasteada no maior número possível de janelas e desfraldada em toda a parte onde houver lugar. Nos edifícios públicos serão hasteadas a bandeira Nacional e a bandeira da Fundação.

Nos castelos coevos da Fundação, alto-falantes difundirão os sons de Guimarães, desde o discurso de Salazar até ao momento solene do içar da bandeira, perante as populações, os estudantes, autoridades civis e militares, etc.

Pretende-se, — e decerto o desejam todos os portugueses — que seja este o momento de maior emoção patriótica vivido em Portugal, nos últimos cem anos.

(8) — As portas Norte e Sul do Castelo serão abertas de par em par. Com entrada pela porta Norte e saída pela porta Sul, o elemento oficial e o povo desfilarão diante da tribuna armada no interior do Castelo, onde o Chefe do Estado, acompanhado pelo Governo, receberá os cumprimentos dosromeiros e do povo de Guimarães. O desfile durará uma hora precisa.

(9) — Toda a parte antiga da cidade, com eixo na Rua de Santa Maria, estará festivamente decorada. Guimarães é uma das mais lindas e artísticas cidades de Portugal — verdadeira cidade museu.

Será publicado para esse dia um roteiro de Guimarães.

Haverá festivais populares, espectáculos, touzadas, etc.

(10) — O «Auto da Fundação» foi especialmente escrito para esta Comemoração pelo poeta Ramiro Guedes de Campos, a convite da Comissão Executiva dos Centenários. Será representado, em cena de ar livre, junto à fachada sul do Castelo, por um grupo dos melhores artistas portugueses.

À mesma hora, em vários pontos da cidade, haverá arraiais e a banda da G. N. R. dará um concerto no Jardim Público (Largo 28 de Maio).

(11) — De todos os pontos culminantes que cercam Guimarães, serão lançados simultaneamente, grandes peças de fogo de artifício que se cruzarão no ar sobre o Castelo — durante cinco minutos.

FORAM EDITADOS, EM SEIS LINGUAS, CERCA DE CINQUENTA MIL CARTAZES DAS COMEMORAÇÕES

A Secção de Propaganda e Recepção, da Comissão Executiva dos Centenários, que funciona no S. P. N., editou já cerca de cinquenta mil cartazes referentes às comemorações de 1940, que têm sido profusamente distribuídos em todo o império português e no estrangeiro, sobretudo no Brasil.

Como se sabe, a Secção abriu oportunamente concurso em que tomaram parte algumas centenas de artistas, entre os quais grandes cartazistas de vários países, tendo sido premiados os cartazes apresentados por Felician Garcia, Roberto Araújo, Keil do Amaral e Maria Keil do Amaral. Os dois primeiros foram publicados, tendo sido posteriormente adquirido um cartaz da autoria do pintor holandês A. Ehrlich. Almada Negreiros e Paulo Ferreira deram também a sua colaboração a este importante meio de propaganda, elaborando dois magníficos trabalhos, o primeiro pleno de vigor, na evocação festiva e colorida das datas gloriosas; o segundo traduzindo, com rara felicidade, o sentido da nossa acção civilizadora no mundo. Estes dois últimos cartazes vão ser em breve afixados em todo o país.

Além das tiragens em português, três dos modelos têm também largas edições em francês, inglês, espanhol, italiano e alemão, o que assegura a sua difusão por todo o mundo, com o duplo fim de trazer até nós, no período das festas, numerosos visitantes, e de, pelo menos, chamar a atenção dos outros povos para o significado histórico das comemorações nacionais.



ERRATA — No artigo: «A Aclamação dos nossos Reis», da autoria do Professor Snr. Dr. Paulo Merêa, publicado no n.º 16 desta Revista, saíu, a pág. 3, linha 27: *ambos estes actos em especial solenidade*, quando devia ser: *ambos estes actos sem especial solenidade*.

